

DOCÊNCIA NA CRECHE: CONTRADIÇÕES E ENFRENTAMENTOS

Ana Paula Santiago do Nascimento¹

Claudia Meire Rodrigues²

Dilma Antunes Silva³

Resumo

Este artigo tem como foco a discussão sobre como as pesquisas da área de educação vêm tratando as funções docentes nas creches do país. Resulta de um levantamento de trabalhos (teses, dissertações e artigos publicados em revistas e em anais de congresso) produzidos entre os anos de 2015 e 2021, o qual objetivou identificar questões referentes à identidade, à formação docente (inicial e continuada) e à relação entre educação e cuidado, entendendo que essas três categorias podem revelar como a área vem trabalhando com a existência de diferentes profissionais, com e sem formação específica, responsáveis por garantir o direito à educação de bebês e crianças pequenas em instituições educacionais. Adotou-se as três etapas iniciais do Estado do Conhecimento (MOROSINI, KOHLS-SANTOS, BITTENCOURT, 2021), como metodologia e, em complementaridade, recorreu-se a um levantamento de dados educacionais no Censo Escolar 2020 para apresentar um perfil dessas profissionais. Como resultado, identifica-se que a temática aqui abordada não é focalizada na maioria dos estudos. Embora haja significativo número de trabalhos que indiquem a coexistência de profissionais sob diferentes cargos atuando na educação infantil, estes não problematizam aspectos como: possível hierarquização do trabalho pedagógico; divisão de tarefas; consequências para as crianças; clima escolar; valorização das autoimagens profissionais etc. São poucos os trabalhos que tratam explicitamente da coexistência, no mesmo ambiente, de docentes e outras profissionais “não docentes”, evidenciando, assim, a necessidade de mais estudos nesse campo, a fim de ampliar a visibilidade e reconhecimento do trabalho desenvolvido junto a crianças bem pequenas em creches.

Palavras-chave: função docente; creche; identidade; formação; educar e cuidar.

¹ Doutora em Educação. Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Núcleo de Educação Infantil- Escola Paulistinha de Educação, ambos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: ana.santiago@unifesp.br; <https://orcid.org/0000-0001-5276-4262>

² Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Columbia Del Paraguay. Professora na Prefeitura Municipal de São José dos Campos -SP, e nas faculdades Anhanguera Univap. E-mail: claudia.cmro@yahoo.com.br; <https://orcid.org/0000-0002-4227-4662>

³ Doutora em Educação: Psicologia da Educação. Professora EBTT no Núcleo de Educação Infantil- Escola Paulistinha de Educação, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).E-mail: antunes.dilma@unifesp.br; <https://orcid.org/0000-0003-1475-3532>

**TEACHING AT DAYCARE:
contradictions and confrontations****Abstract**

This article focuses on the discussion of how the educational research field has addressed the teaching functions in daycare centers - creche - in the country. It results from a survey of productions (theses, dissertations and articles published in journals and conference proceedings) between 2015 and 2021, which aimed to identify issues related to identity, teacher education programs and the relation between caring and educating, understanding that these three categories can reveal how the area has been working with the existence of different professionals, with and without teaching training, responsible for guaranteeing the right to education of babies and children in early childhood education institutions. The three initial stages of the State of Knowledge (MOROSINI, KOHLS-SANTOS, BITTENCOURT, 2021) were adopted as the methodology and, in addition, a survey of educational data from the 2020 School Census was used to present a profile of these professionals. As a result, it was identified that the theme addressed here is not focused on in most studies. Although there is a significant number of productions that indicate the coexistence of professionals in different positions working in early childhood education, these do not problematize aspects such as: possible hierarchy of pedagogical work, division of tasks, consequences for children; school mood; valorization of professional (self)images etc. There are few works that explicitly deal with the coexistence of teachers and other "non-teaching" professionals, thus evidencing the need for more studies in this field in order to increase the visibility and recognition of the work carried out with young children in creche.

Keywords: teaching role; nursery; identity; formation; education and care.

**ENSEÑANZA EN GUARDERÍA:
Contradicciones y enfrentamientos****Resumen**

Este artículo se centra en la discusión de cómo el campo de la investigación educativa ha abordado las funciones docentes en las guarderías del país. Es el resultado de una encuesta de producciones (tesis, disertaciones y artículos publicados en revistas y actas de congresos) entre 2015 y 2021, que tuvo como objetivo identificar cuestiones relacionadas con la identidad, los programas de formación docente y la relación entre cuidar y educar, entendiendo que estas tres categorías puede revelar cómo el área viene trabajando con la existencia de diferentes profesionales, con y sin formación docente, encargados de garantizar el derecho a la educación de los bebés y niños en las instituciones de educación infantil. Se adoptaron como metodología las tres etapas iniciales del Estado del Conocimiento (MOROSINI, KOHLS-SANTOS, BITTENCOURT, 2021) y, además, se utilizó una encuesta de datos educativos del Censo Escolar 2020

para presentar un perfil de estos profesionales. Como resultado, se identificó que el tema que se aborda aquí no se enfoca en la mayoría de los estudios. Si bien existe un número significativo de producciones que señalan la convivencia de profesionales en diferentes puestos que laboran en la educación infantil, estas no problematizan aspectos como: posible jerarquía del trabajo pedagógico, división de tareas, consecuencias para los niños; estado de ánimo escolar; valorización de (auto) imágenes profesionales etc. Son escasos los trabajos que aborden explícitamente la convivencia del profesorado y otros profesionales "no docentes", evidenciando así la necesidad de más estudios en este campo para incrementar la visibilidad y el reconocimiento del trabajo realizado con niños pequeños en guardería.

Keywords: función docente; guardería; identidad; formación; educación y cuidado.

O direito de crianças de zero a três anos à educação está definido na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996). Ambas as legislações garantem o acesso à educação, via matrícula, a todas as crianças cujas famílias assim desejem. A partir dessas leis, e com muita pressão social, as redes municipais começaram a se estruturar e a ampliar o acesso à educação infantil (EI). Esse processo foi acontecendo de forma lenta, mesmo com metas claras em ambos os Planos Nacionais de Educação (PNE 2001-2010; PNE 2014-2024) - de atender 50% das crianças na faixa etária -, e com alguns arranjos que, por vezes, não consideram as propostas de atendimento de qualidade que foram acumuladas no decorrer das duas últimas décadas, principalmente no que se refere ao pessoal docente responsável em garantir esse atendimento.

Para além do acesso, é importante discutir como esse atendimento vem sendo oferecido nas diferentes redes de ensino do país, entendendo que a garantia do direito à educação só se efetiva mediante a oferta de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada. Nas diferentes discussões sobre a temática, o papel do docente sempre é destaque, na docência com bebês e crianças pequenas; no entanto, esse é um tema que merece ser melhor observado, visto que também é decisivo para o atendimento em questão.

A docência na primeira infância há muito é a tônica de diferentes discursos e debates, ora se ressaltando a importância da formação inicial e continuada, ora se valendo de uma imagem perversamente distorcida acerca dos atributos dessa função para justificar baixos salários, ausência de uma política de valorização que abarque essas profissionais, como já evidenciaram os estudos de Cerisara (2002), Kramer (2005), Kramer et al. (2001), Chamarelli (2013) e mais recentemente, de Silva (2015; 2016), sobre identidade e formação docente, Oliveira (2017) sobre situação da docência na EI, e Nascimento (2019), sobre a situação da carreira docente nas capitais brasileiras.

Nesta pesquisa, buscamos evidenciar como a função docente exercida em creche por profissionais fora da carreira do magistério vem sendo tratada tanto

nas discussões acadêmicas como no plano político. Privilegiamos a busca e a reflexão por termos correlatos à profissão de professora de educação infantil, considerando que as funções desempenhadas pelas profissionais contratadas como pajens, monitoras, recreacionistas/recreadoras, atendentes, auxiliares e assistentes de desenvolvimento infantil são análogas àquelas desempenhadas por profissionais integrantes da carreira do magistério na EI, conforme explicitado pelo Parecer CNE/CEB nº 7/2011.

Uma vez que os atos de cuidar e de educar são indissociáveis - conforme já definido pela Resolução CNE/CEB nº 5/2009, a qual fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) -, baseando-se em experiências acadêmicas e profissionais na EI, destaca-se que a coexistência de profissionais docentes e “não-docentes” - isto é, aqueles que ocupam diferentes cargos mas que desempenham funções educativas similares à docência -, vem incidindo na constituição da identidade docente no trabalho com bebês e crianças pequenas de forma negativa, vem enviesando a discussão do educar e cuidar como ações indissociáveis e legítimas condições precarizadas de trabalho docente sem garantias de formação, horário de planejamento, cargas horárias exaustivas e salários mais dignos (CERISARA, 2002; NASCIMENTO, 2019).

A atuação profissional qualificada e a existência de condições dignas para a realização do trabalho docente são fatores indispensáveis para a qualidade da educação ofertada à pequena infância. É por essa via que justificamos a realização desta pesquisa, em fase inicial, sobre como vem sendo tratado essa coexistência nas instituições educacionais.

Este artigo propõe-se à realização de um breve levantamento de dados educacionais no Censo Escolar de 2020, a fim de traçar um panorama do perfil profissional das professoras e auxiliares das creches brasileiras. Após essa fotografia, apresenta um levantamento do tipo Estado do Conhecimento (MOROSINI, FERNANDES, 2014; MOROSINI, KOHLS-SANTOS, BITTENCOURT, 2021), sobre a produção acadêmica dos últimos seis anos (2015 a 2021), publicada em repositórios de artigos, de teses e dissertações e de anais de eventos acadêmicos-científicos. A função docente nas creches foi o escopo das buscas empreendidas nesses bancos.

Essa metodologia consiste em levantar dados sobre o conhecimento produzido em determinada área, por meio do mapeamento de produções já realizadas. Conforme Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), são etapas dessa abordagem metodológica: 1) bibliografia anotada; 2) bibliografia sistematizada; 3) bibliografia categorizada; 4) bibliografia propositiva. Segundo as autoras, essas etapas têm como finalidades “identificar, registrar, sistematizar, categorizar as produções científicas e propor proposições sobre uma temática específica” (MOROSINI, KOHLS-SANTOS, BITTENCOURT, 2021, p.23).

A adoção dessa metodologia ajudou a identificar as tendências dos temas abordados, as relações estabelecidas pelos diferentes autores, bem como compreender possíveis avanços e lacunas ainda existentes no campo em que se situa essa investigação. Também levou em conta a possibilidade de “criação de novos ângulos para o tema de estudo” (MOROSINI, FERNANDES, 2014, p. 158), e, a partir do “mapeamento das ideias já existentes [...], [foi possível apontar] subtemas passíveis de maior exploração [...] [e] compreender silêncios significativos a respeito do tema de estudo” (Idem).

Por meio deste estudo, buscou-se obter um panorama a respeito dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos e analisar como essas produções dialogam com (ou, ainda, revelam) as questões educacionais presentes no contexto da educação infantil de zero a três anos, relacionadas à formação, valorização e identidade profissional das educadoras (docentes e “não docentes”) responsáveis pela educação e cuidados de bebês e crianças bem pequenas.

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO: PORQUE REFLETIR SOBRE SUA IDENTIDADE

O Parecer CNE/CEB nº 7/2011, que discorre sobre as possibilidades de inclusão de profissionais na carreira do magistério da Educação Básica e sua consequente remuneração, com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação (Fundeb), indica que, em vários municípios brasileiros, os quadros funcionais, ainda nos dias atuais, são constituídos de servidores que, sob diversas denominações, foram contratados para trabalharem nas creches, seja por concurso público ou outros tipos de contratos de trabalho, sem a exigência de habilitação em magistério ou curso superior em Pedagogia (BRASIL, 2011, p.2).

O documento ainda explicita:

[...] que muitos desses servidores, após o advento da Lei nº 9.394/96, obtiveram a formação docente, alguns, inclusive, por meio de programas de formação custeados pelos cofres públicos, com a utilização de recursos financeiros vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 2011, p.2)

Decorrem da LDB/96 inúmeras transformações cujo impacto alterou os rumos da EI no país, mas permanecem ainda desafios à plena realização de uma política pública voltada para a educação da infância, entre os quais destacamos a necessidade de consolidação da profissionalidade e de uma identidade docente para o campo da creche, a qual é singular e diferenciada das demais etapas educativas.

O levantamento da produção científica do período recente indica a coexistência de profissionais de diferentes cargos e/ou nomenclaturas, responsáveis pela realização de uma mesma função – educar e cuidar de bebês e crianças pequenas, garantindo-lhes o desenvolvimento e condições adequadas para formação. Estudos (CERISARA, 2002; NASCIMENTO, 2019; OLIVEIRA, 2017; SILVA, 2015; 2016) mostram que tal fato pode contribuir para o desmerecimento do trabalho educativo e acarreta prejuízos às identidades dessas profissionais, tidas como “não docentes” por não pertencerem à carreira do magistério (BRASIL, 2008; 2011). Além disso, as desrespeita enquanto profissionais da EI, contribuindo para uma espécie de “hierarquização” (CERISARA, 2002) na qual se tem, numa ponta, as “profissionais da carreira do magistério” e, na outra, aquelas que ocupam uma “semiprofissão” (BRZEZINSKI, 2016). Essas profissionais enfrentam, ainda hoje, grandes desafios para o exercício pleno da docência e da cidadania, buscando a superação de sua condição e não estando livres da estigmatização advinda da sociedade (CERISARA, 2002), muitas vezes perpetuada na creche.

Nessa mesma direção, o Parecer CNE/CEB nº 21/2008 explicita que

[...] a existência de profissionais que atuam na Educação Infantil com a formação pedagógica adequada, mas que não integram regularmente a carreira de magistério, acarreta seu enfraquecimento e sua desvalorização, além de desatender à Constituição e aos preceitos legais. Sua integração na carreira deve, portanto, vir a ser regularmente possibilitada. (BRASIL, 2008, p. 11. Sem grifos no original)

Com base em Souza e Magalhães (2016), entendemos que o professor é sujeito historicamente situado, marcado pelas relações que estabelece com meio; é produto e produtor da realidade social. A temática da formação e valorização profissional está ligada à qualidade da educação e perpassa a profissionalização, as condições de trabalho docente (salário, planos de carreira, jornadas de trabalho, horas de estudo etc.) e estas, por sua vez, estão relacionadas com a valorização social da profissão docente (SOUZA, MAGALHÃES, 2016). No caso da EI, de zero a três anos, essa valorização remonta a um processo recente e ainda em construção.

Cerisara (2002) ressalta que as profissionais que atuam na primeiríssima infância nem sempre foram/são reconhecidas como tais. Schmeing (2019) alerta-nos para o fato de fazer-se necessária a consolidação de novos paradigmas em torno das concepções de creche, infância e criança e da existência das especificidades para o trabalho docente com bebês e crianças bem pequenas. Em sua visão, a formação precisa possibilitar a construção de conhecimentos específicos necessários para a atuação profissional qualificada nessa etapa.

Na perspectiva de Cerisara (2002), viabilizar a formação dessas profissionais seria uma proposta menos discriminadora e acarretaria maior valorização e reconhecimento do trabalho pedagógico desenvolvido na creche. Entretanto, a existência de diferentes cargos para o desempenho da função de educar e cuidar e, via de regra, a coexistência de diferentes profissionais (professoras e auxiliares, ou outra nomenclatura) no mesmo espaço – quer seja por jornada parcial ou integral –, acarreta uma hierarquização baseada na divisão de tarefas onde uma educa (preparo de “atividades”, preenchimento de

diário, realização de reuniões com as famílias etc.) e a outra cuida (troca, dá banho, alimenta, observa o sono etc.), acarretando “consequências nefastas para as crianças e na dinâmica do relacionamento pessoal” (ROSEMBERG, 1994 apud CERISARA, 2002, p.16).

Tais contribuições nos levam a refletir: No contexto da indissociabilidade entre educar e cuidar, qual seria, afinal, o papel da professora? Em que esse papel se difere do da auxiliar, pajem, monitora, atendente etc.? Quais argumentos são colocados pelos órgãos públicos para manutenção de contratos de trabalho de profissionais, sob diferentes nomenclaturas, que desempenham funções similares à docência na educação infantil, fora da carreira do magistério? Em quais cenários essa prática acontece?

A partir do estudo de Cerisara (2002) é possível identificar pelo menos três cenários problemáticos: o primeiro remete-se à contratação deliberada de profissionais sem formação adequada; o segundo revela-se pela dificuldade que muitos municípios têm para contratar professoras para trabalhar em creches, visto que esta é considerada uma atividade menos nobre; por fim, o terceiro cenário indica a dicotomização da EI, em que há professoras melhor formadas atuando nos anos finais dessa etapa. Passados quase vinte anos desse estudo, o que hoje se revela no contexto da EI? Quais os avanços e quais desafios que se apresentam para a plena garantia do direito a uma educação infantil de qualidade?

DADOS DE CONTEXTO: ACESSO À MATRÍCULA E PERFIL DAS EDUCADORAS

Compreender como se constitui a Educação Infantil/creche no Brasil, em um momento de mudanças de destinação financeira, com o novo Fundeb, o qual pode contribuir para um avanço na garantia desse direito, faz-se urgente e necessário.

Analisar o tamanho de nossas redes, quais os percentuais de atendimento em comparação com a população nessa faixa etária, o número de estabelecimentos que garantem esse atendimento, assim como conhecer o perfil das profissionais que trabalham com essas crianças, principalmente no que se

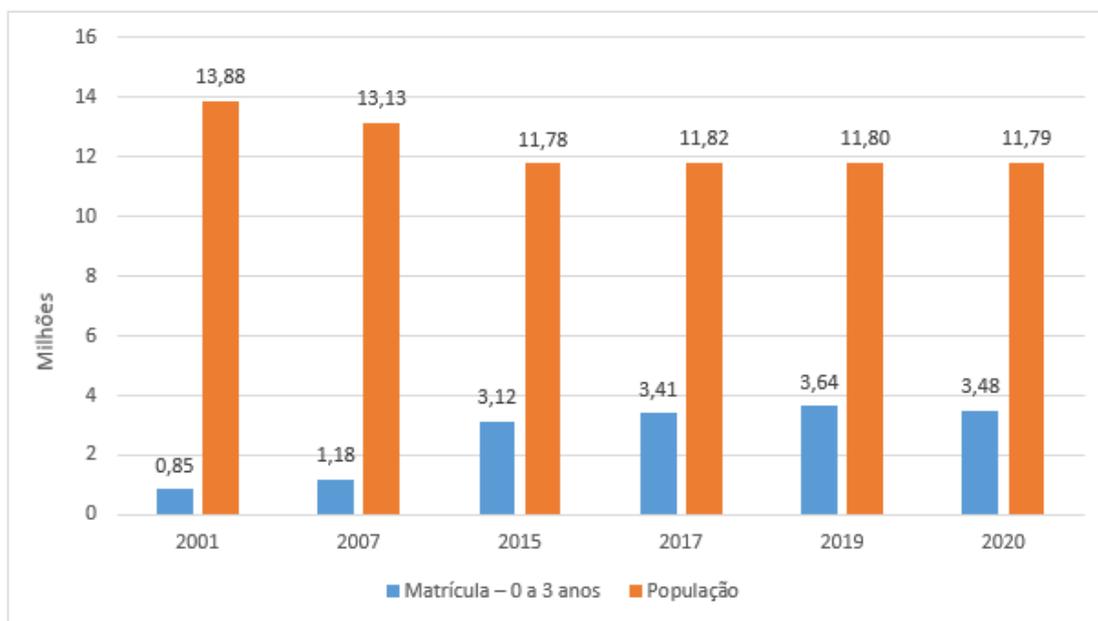
refere à formação e condição de trabalho, possibilita traçarmos estratégias, enquanto sociedade, para garantir o direito à educação de bebês e crianças pequenas.

O atendimento às crianças de zero a três anos de idade

Quando analisamos o número de matrículas de crianças de zero a três anos em creches e pré-escolas durante o período de 2001 - ano limite dado pela LDB/96 para a incorporação das creches existentes aos sistemas de educação - até os dados mais recentes disponibilizados, de 2021, percebemos que, após mais de 20 anos dessa incorporação, conseguimos atingir um atendimento de 30,9% de crianças de zero a três anos matriculadas - um percentual muito aquém do que colocamos como meta de atendimento.

O gráfico 1, abaixo, mostra como se comportaram as matrículas em relação à população nesse período, apresentando os dados de matrículas de crianças de zero a três anos em creche ou pré-escolas para os anos de 2001, 2007, 2015, 2017, 2019 e 2020, conforme as Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2001 a 2019), os dados dos Microdados do Censo Escolar de 2020, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e os dados de projeção da população por idade, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Gráfico 1: Projeção da população de crianças de zero a três anos e matrículas de crianças de zero a três anos em creches e pré-escolas - Brasil, 2001, 2007, 2015, 2017, 2019 e 2020



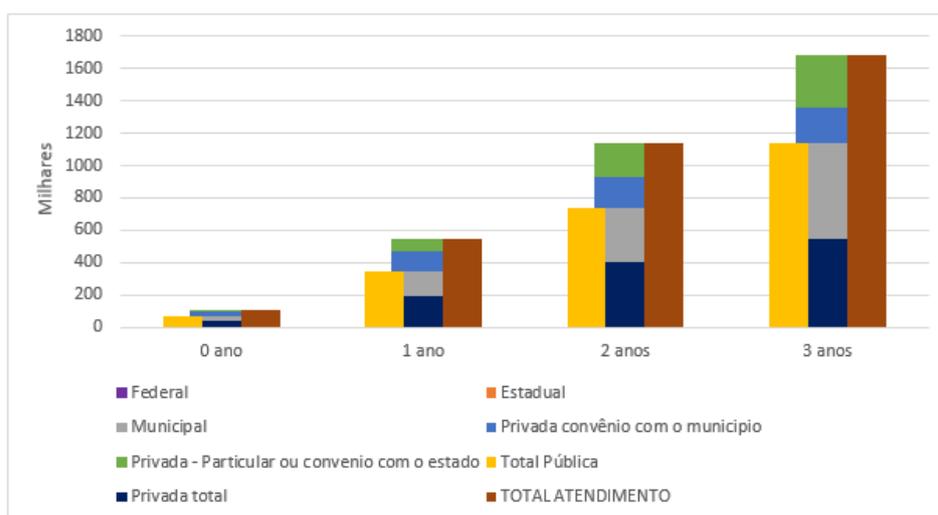
Fonte: Autoras, com base em: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013; 2018); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2002, 2008, 2016, 2018c, 2021a; 2021b).

Os dados mostram que houve expansão do atendimento em creches de 2001 para 2020, destacando que houve diminuição de 164,5 mil matrículas nessa faixa etária nesse último ano, o que representa cerca de 5% a menos de matrículas, se comparado a 2019. É possível perceber o aumento do acesso no decorrer dos anos; porém, para que a meta dos PNEs (2001-2010 e 2014-2024) referente ao acesso seja cumprida, é necessário expandir as redes em 65,5% do atendimento até 2024 (2.287.579 matrículas).

Quando analisamos os dados de matrículas por dependência administrativa, é possível perceber que são os municípios que fazem esse atendimento e, dessa forma, necessitam de apoio financeiro e técnico, como preconizado na CF/88, dos outros entes federados - União e estados -, para a expansão e o cumprimento da legislação referente ao acesso. Também é possível perceber que o número de crianças atendidas cresce na mesma direção que sua idade, sendo que as matrículas de bebês são bastante reduzidas em comparação com a de crianças de três anos de idade (fato que também se relaciona com a procura das famílias por vagas em creches). O gráfico 2

apresenta as matrículas por idade e dependência administrativa para o ano de 2020.

Gráfico 2: Matrículas de zero a três anos de idade segundo dependência administrativa nos municípios brasileiros - 2020



Fonte: Autoras, com base em: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2021b).

É possível perceber o papel dos municípios e dos convênios com outros entes para a garantia desse direito. Juntos, essas duas “redes” eram responsáveis por 82% do atendimento em 2020 (sendo que 66% se referiam às redes municipais⁴).

O perfil das educadoras nas redes públicas

Para que o direito à educação seja garantido, deve-se haver profissionais qualificados para realizar esse importante trabalho, além de ser garantido o acesso. Dessa forma, faz-se necessário observar a formação dos adultos responsáveis por essa etapa da educação, destacando diferenças em sua formação no que se refere a docentes e auxiliares, principalmente no contexto de atendimento que temos, no qual não é garantido a presença de um adulto

⁴ As redes Federal e estaduais são responsáveis por 0,1% do atendimento total de crianças de zero a três anos de idade.

contratado pelos entes federados ou instituição privada que seja reconhecido formalmente (contrato, concurso) como professor.

O Censo Escolar coleta dados sobre Docente, Auxiliar/Assistente Educacional, Tradutor Intérprete de Libras, Guia intérprete e Profissional de apoio escolar para alunos com deficiência (Lei 13.146/2015)⁵. Em 2020, o número de profissionais tradutores, guias e profissionais de apoio vinculado às creches era de 4.487 (97% mulheres) em todas as instituições.

Para a análise que se pretende neste artigo, iremos apresentar, na tabela 1, os profissionais separados entre docentes (425.129) e auxiliares (177.437) com a suas respectivas formações, segundo os dados que constam no censo de 2020, entendendo que são estas as profissionais (95% mulheres) responsáveis pela educação dos bebês e das crianças pequenas.

Tabela 1: Formação das profissionais responsáveis pelas crianças em creches - Brasil - 2020

		EF Incompleto	EF Completo	EM Completo	Superior Completo
Públicas	Docente	0,0%	0,2%	14,4%	85,4%
	Auxiliar	0,5%	3,8%	62,1%	33,6%
Privada	Docente	0,1%	0,5%	26,8%	72,5%
	Auxiliar	1,0%	5,0%	72,9%	21,0%
TOTAL	Docente	0,1%	0,3%	18,8%	80,8%
	Auxiliar	0,7%	4,1%	64,6%	30,6%

Fonte: Autoras, com base em: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2021b).

É possível perceber que cerca de 5% das auxiliares das redes públicas e escolas privadas não possuem o ensino médio completo; e que cerca de 30%

⁵ O censo escolar também coleta dados sobre Profissional/Monitor de atividade complementar, Docente Titular EAD - coordenador de tutoria (de módulo ou disciplina) -, Docente Tutor EAD - Auxiliar (de módulo ou disciplina) -, Guia intérprete, porém esses profissionais não atuavam em nenhuma creche registrada.

delas possuem o ensino superior completo. Esses dados revelam a diferença de formação das auxiliares em comparação com as professoras (as quais mais de 80% possuíam superior completo). Esses dados também deixam claro que as redes públicas possuem uma ligeira vantagem em relação às escolas privadas, em que 6% das auxiliares não possuíam ensino médio completo - essa vantagem se perpetua se considerarmos o número de auxiliares com ensino superior completo, no que se refere à formação das professoras.

Os dados do censo permitem ainda analisar se os cursos de Ensino Médio (EM) eram com habilitação no magistério e se os cursos superiores eram de licenciaturas, o que caracterizaria profissionais qualificados para a função docente que exercessem. O que se constata é que apenas 30% das auxiliares realizaram o EM magistério (34.509) e, quando a formação era no ensino superior, 87% realizaram cursos de licenciatura (47.137). Também podemos observar quantas auxiliares possuíam algum tipo de especialização, ou se haviam titulado no mestrado ou doutorado. Esses dados são apresentados na tabela 2, a seguir.

Tabela 2: número de docentes e auxiliares com curso de especialização, mestrado ou doutorado - Brasil - 2020

		Especialização		Mestrado		Doutorado	
Públicas	Docente	134.652	57,4%	2.275	1,0%	311	0,1%
	Auxiliar	13.273	29,1%	109	0,2%	20	0,0%
Privada	Docente	21.318	19,6%	782	0,7%	115	0,1%
	Auxiliar	987	11,3%	37	0,4%	4	0,0%
TOTAL	Docente	155.970	45,4%	3.057	0,9%	426	0,1%
	Auxiliar	14.260	26,2%	146	0,3%	24	0,0%

Fonte: Autoras, com base em: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2021b).

Mais uma vez, é possível perceber o baixo número de docentes e auxiliares com titulação em mestrado (0,9% docentes e 0,3% auxiliares) e

doutorado (0,1% docentes e 0,0% auxiliares). Também, quando analisamos os cursos de especialização, cerca de 45% das docentes e 26% das auxiliares possuíam algum curso nesse nível.

Esses dados corroboram com a preocupação em tela sobre como a área está reconhecendo, discutindo, analisando e contribuindo para esse importante debate que perpassa questões de carreira, financiamento, identidade, reconhecimento, práticas docentes e, principalmente, sobre a função docente com bebês e crianças pequenas.

PRODUÇÕES DA ÁREA SOBRE O TEMA: EDUCADORAS(ES) DE BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS

Para a realização do trabalho em tela, foram realizadas buscas em bancos de dados de teses e dissertações, de periódicos da área e de anais de eventos de relevância nacional no meio acadêmico. Essa busca compreendeu trabalhos que tratam, de alguma maneira, da função docente em creches. Foi utilizado o recorte temporal de 2015 a 2021, nos diferentes bancos de dados, e a aplicação de filtros por área do conhecimento: ciências humanas, ciências sociais aplicada e multidisciplinar (nos bancos em que isso era possível).

Para a seleção de teses e dissertações, foram feitas buscas Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A opção por esses dois bancos de dados considerou o fato de que reúnem trabalhos de diferentes instituições de ensino e áreas do conhecimento e que possuem modos distintos de busca por palavras-chave, o que poderia revelar diferenças nos resultados da busca.

Para acessar publicações de expressiva relevância na área, as quais influenciam as reflexões educacionais, foi realizada uma busca no *site* da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Para a seleção de trabalhos publicados em eventos expressivos para a área educacional, optamos por analisar os anais das reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Esses encontros são

organizados em Grupos de Trabalho (GTs) que discutem temáticas específicas de cada subárea da educação. Dessa forma, foram selecionados os GTs: 5 - Estado e Políticas Educacionais; 7 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos; 8 - Formação de Professores; 9 - Trabalho e Educação; 20 - Psicologia da Educação. O levantamento realizado no âmbito desses GTs cobriu, no período estudado, três reuniões anuais da Anped: a 37^a, em 2015, a 38^a, em 2017, e a 39^a, em 2019⁶.

Dessa primeira verificação, encontramos 1124 trabalhos, sendo 466 na Capes, 595 na BDTD, 12 nos GTs da Anped, e 51 no Scielo. Esses trabalhos tiveram os seus títulos lidos e, quando atendiam aos interesses da pesquisa, eram selecionados para uma análise de seus resumos. Na continuidade, visando à sistematização do *corpus* de análise, realizamos a leitura atenta dos resumos dos trabalhos que versavam sobre creche, em busca daqueles que discutiam, de alguma forma, a existência de diferentes profissionais, docentes e não docentes, trabalhando com bebês e crianças pequenas nessas instituições. Nessa etapa, foram identificados trabalhos com diferentes temáticas: movimentos sociais e de luta por creches; cultura; concepções e direito à creche; produção de conhecimento; constituição humana; questões étnico-raciais; práticas pedagógicas; rotina; planejamento; gênero; afetividade; relações sociais; musicalização; relação com a frequência na creche e o desempenho em outras etapas a educação básica; transição casa/família-creche; relação adulto-criança e criança-criança; profissionais docentes e outros não docentes; educação especial; documentação pedagógica; educação integral; formação docente; história da creche e relação com espaço (patrimônio cultural); brincadeiras na creche; qualidade da educação; avaliação e linguagem, entre outras.

Essa etapa possibilitou “filtrar” as produções cujas temáticas centrais relacionavam-se aos interesses desta investigação. Sendo assim, um número menor de trabalhos passou a ser explorado, e nosso olhar passou a ser mais cuidadoso no sentido de construir categorias que, sendo coerentes com o campo

⁶ Os anais da Reunião Nacional da Anped de 2021 ainda não estavam disponíveis na ocasião de escrita deste artigo.

de estudo, abrangessem a variedade de temas e proposições acerca da creche, de suas profissionais e das práticas desenvolvidas nesses espaços educacionais. Assim, chegamos à terceira etapa dessa abordagem metodológica, em que agrupamos os trabalhos encontrados em três categorias: formação (inicial ou continuada); identidade docente; educação e cuidado.

Quadro 1: Distribuição dos trabalhos por categoria

TEMÁTICA	CAPES	BDTD	Anped	SciELO
FORMAÇÃO (INICIAL OU CONTINUADA)	12	9	0	1
IDENTIDADE DOCENTE	9	5	1	2
EDUCAÇÃO E CUIDADO	4	0	0	1

Fonte: As autoras

O quadro mostra que restaram 44 dos 1124 trabalhos encontrados sobre creche, seleção esta que trazia alguma discussão envolvendo profissionais de creche com atribuições distintas no trabalho educativo com bebês e crianças pequenas. Os textos faziam menção às nomenclaturas, às diferenças e divergências materializadas na realização da função educativa, à necessidade de formação etc. Quanto à coexistência de profissionais, com atribuições fragmentadas e ou distintas, percebemos que, por vezes, estas foram tratadas sem estranhamento ou sem destaque para como essa experiência pode acarretar distorções à identidade docente e à qualidade do trabalho. Faz-se importante destacar os trabalhos em cada uma dessas categorias.

Apontamentos sobre as produções nas categorias: formação, identidade e educação e cuidado

Percebe-se, no conjunto dos trabalhos analisados, que a função docente nas creches é encarada como pauta de grande relevância, visto que é pressuposta como um dos critérios essenciais para a oferta educacional com qualidade. A partir das categorias “formação docente”, “identidade e educação” e “cuidado”, propomos uma breve discussão, desejando aprofundá-

la oportunamente, com vistas a reforçar a necessidade de pesquisas sobre as profissionais não reconhecidas como professoras, mas que atuam na EI, em geral realizando uma função de apoio ao trabalho da professora (KRAMER et. al, 2001), o “que ora aparece associada às tarefas voltadas ao cuidado, ora a ser uma resposta para os problemas das instituições de Educação Infantil, como o número excessivo de crianças por turmas e a falta de condições de trabalho” (CHAMARELLI, 2013, p.41).

Formação docente

Souza e Magalhães (2016) lembram-nos que o(a) professor(a) é mediador(a) e intelectual defensor(a) de atitudes de resistência, capaz de provocar engajamento no processo de mudança social. Assim, “o trabalho docente oportuniza construções diversas, de maneira crítica, aberta e autônoma, o que demanda a elaboração de conhecimentos emancipatórios” (SOUZA, MAGALHÃES, 2016, p.29). Nesse sentido, a formação docente assume um importante papel perante os desafios e em atenção às especificidades da atuação profissional na creche. Schmeing (2019), ao reafirmar os bebês e as crianças pequenas como sujeitos de direitos, destaca que a formação de docentes para a etapa de creche deve possibilitar a reflexão, a construção e a consolidação constantes dos conhecimentos necessários a uma prática educativa de qualidade, que, integrando o educar e o cuidar, promova o desenvolvimento global de bebês e crianças pequenas.

Os trabalhos identificados na temática **formação** somam 22 e apresentavam alguns desafios relacionados às necessidades formativas, como a necessidade de ampliação de saberes alinhados às concepções vigentes de criança, os aspectos relacionados ao papel do profissional de educação infantil e no sentido de construção da profissionalidade docente.

Manholer (2019) considera que os sentidos atribuídos à docência mudam de acordo com a formação obtida “ainda que não de forma determinante [...] [sendo] a atribuição de sentidos pessoais e a construção de motivos são complexas e variáveis”. Em sua análise, reforça a importância de

[...] olhar para a formação, para a necessidade de considerá-la como um meio pelo qual os indivíduos constroem e reconstróem suas concepções, compreendem o contexto no qual estão inseridos e podem desenvolver a consciência de sua classe (MANHOLER, 2019, s/p).

A não distinção, no contexto de formação, entre professoras e auxiliares é um ponto de destaque nos estudos analisados e traz impactos positivos concernentes à defesa de que, para o trabalho junto a crianças bem pequenas, é necessária formação adequada. Porém, esses estudos apontam que, por vezes, as auxiliares não participam desse processo, revelando, assim, o lugar de menor prestígio que lhe é atribuído na estrutura organizacional da EI em cada rede de ensino.

Identidade

Foram encontrados 17 trabalhos que discutiram questões relacionadas à identidade docente nas creches, os quais evidenciam a necessidade de a área pensar sobre o papel dessa profissional e destacam, por vezes, com preocupação, as diferenças existentes entre o trabalho da professora de educação infantil e o das auxiliares⁷, diferenças estas que revelam um não entendimento da função docente nesses contextos. Outro ponto a destacar diz respeito ao fato de que o cargo de auxiliar é ocupado predominantemente por mulheres, o que pode facilmente ser interpretado como “herança do espaço de assistência” (CHAMARELLI, 2013; KRAMER, 2005).

A esse respeito, Silva (2019), quando analisa as concepções de professoras e de auxiliares de creche acerca de sua atuação com bebês em instituições com propostas pedagógicas distintas, destaca que essa docência possui singularidades que envolvem saberes e crenças e indica que os contextos

⁷ Foram identificadas diferentes nomenclaturas, de acordo com cada município ou estado, para denominar essas profissionais que exercem a função do cuidar e que ajudam a professora regente na tarefa de educar bebês e crianças pequenas: Monitora de creche, Auxiliar de creche, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, Atendente infantil, Trabalhadoras de creche, Educadora de creche, Agente educadora, Assistente de Educação infantil, Técnico de Desenvolvimento Infantil, Tia da educação.

vivididos por essas profissionais influenciam as práticas educativas na creche. A autora conclui que “práticas educativas de boa qualidade” se vinculam às condições objetivas enfrentadas pelas profissionais, à dimensão afetiva-social e à intencionalidade pedagógica. Em sua visão, “ser ‘professora de bebês’ corresponde à imagem de alguém que precisa ‘ter’ atributos específicos [...], ‘fazer’ determinadas ‘tarefas’” (SILVA, 2019, s/p), no sentido de apoiar e contribuir para o crescimento e desenvolvimento global dos pequenos.

Pissolo (2015) acrescenta que a concepção de docente nessa etapa educacional se ancora nas representações de bom profissional, de aprendizagem e de criança, que se articulam por meio da ideia de responsabilidade, de educar e de conhecimento. Por vezes, tais representações, sentidas como exigências, acabam refletindo não só na forma que essas profissionais constroem suas identidades, como também trazem consequências à sua saúde. O estudo de Silva, Souza e Santos (2019), traz importantes contribuições nesse sentido: ao analisarem a relação entre o trabalho docente e a saúde de professoras e monitoras de EI, identificam fatores físicos e psíquicos que podem levar ao adoecimento dessas profissionais, ao desencantamento e até ao abandono da profissão, visto que são comuns referências balizadas na idealização de ser professora, em despeito das condições reais de trabalho.

Educação e cuidado

Essa categoria analisa como a relação educar e cuidar se apresenta no conjunto das produções. As pesquisas que trataram dessa temática defendem o cuidado e a educação como atos indissociáveis, ressaltando sua importância no processo formativo das crianças. O educar e o cuidar, envolvendo as discussões sobre o corpo, numa perspectiva social, mostra-se como um importante elemento para a especificidade da ação docente (BUSS-SIMÃO, ROCHA, GONÇALVES, 2015).

Nesse sentido, os estudos também revelam um movimento de valorização das educadoras - rompendo com a ideia de mulher naturalmente competente

para a tarefa de educar e cuidar - e ressaltam seu protagonismo e intencionalidade pedagógica (GUIMARÃES, ARENHART, SANTOS, 2019; SILVA, 2019), que se expressam na maneira como organizam os tempos, os espaços, os materiais e as vivências, com vistas ao desenvolvimento das crianças de zero a três anos, no modo como se relacionam com demais atores do campo de atuação e como incorporam e ou expressam, em sua ação cotidiana, saberes indispensáveis à formação humana de bebês e crianças bem pequenas.

Fonseca (2018) destaca que,

[...] se para definir o educar é necessário fazer referência ao cuidar como estando em pé de igualdade com o primeiro, para definir o cuidar é preciso perceber que este é parte da educação, ainda que exija habilidades que não sejam eminentemente pedagógicas. Cuidar e educar, no contexto da educação infantil, passam a funcionar como um binômio, o que acarreta uma indissociabilidade presente por definição. O sentido de educar é, portanto, construído na relação com o cuidar, passando pelo pedagógico, mas sem ser significado unicamente por ele. (p. 1557)

Por meio da reflexão acerca da importância de se compreender o cuidar e educar como ações conjuntas na prática pedagógica da creche é que os profissionais podem proporcionar um trabalho humanizado, considerando os aspectos fisiológicos, sociais, emocionais e de interações desses profissionais com as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A SITUAÇÃO PROFISSIONAL DAS EDUCADORAS RESPONSÁVEIS PELOS BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS

A discussão aqui explanada buscou evidenciar como a função docente exercida em creche por profissionais “não docentes” vem sendo tratada nas produções acadêmicas recentes. Como resultados, identificamos que, embora a coexistência de professoras e auxiliares, dentre outros termos utilizados, seja uma questão presente em muitas realidades educacionais, esta é brevemente abordada nas pesquisas recentes da área.

Do corpus de análise constituído, evidencia-se a crescente valorização da creche, abordada em suas múltiplas dimensões, a partir de diferentes referenciais teóricos e metodológicos, com o potencial de influenciar políticas públicas de atenção à infância. Ratifica-se, portanto, a importância do campo nas diferentes discussões acadêmico-científicas tendo, por fundamento, o direito à educação pública e de qualidade a todas as crianças.

A superação da distância entre o discurso das políticas para a EI e sua efetivação perpassa as temáticas destacadas neste trabalho, tanto quando analisamos os dados de atendimento e de perfil das profissionais que são responsáveis em garantir que esse acesso se traduza em uma educação de qualidade, como quando buscamos, nas produções, trabalhos sobre “formação”, “identidade” e “educação e cuidado” que problematizam e refletem sobre a coexistência de diferentes profissionais realizando esse atendimento.

Esse levantamento revela a importância de a área ter essa coexistência de profissionais como foco em suas pesquisas, sempre destacando (e denunciando) o lugar que essa condição coloca à docência para bebês e crianças pequenas nas creches.

Por fim, como proposições, esta pesquisa revela a lacuna e a necessidade de continuar essa discussão, de ampliar pesquisas, acessar profissionais sob essa condição e escutá-las, a fim de contribuir com a implementação de novas políticas que intervenham nesse setor, valorizando as profissionais e as dignificando da maneira devida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 fev. 2017.

BRASIL. *Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009*. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e

dá outras providências. (Revogado pelo Decreto nº 8.752, de 2016). Brasília, DF, 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm>. Acesso em: 2 dez. 2018.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996*. Modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 1996a. Disponível em: <http://www.setorgrafico.org.br/legislacao/emenda_constitucional/EC14.PDF>. Acesso em: 1 dez. 2018.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006*. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 2006b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm>. Acesso em: 27 fev. 2017.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 27 fev. 2017.

BRASIL. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 16 fev. 2017.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 27 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Catálogo de teses e dissertações. Brasília, DF. Disponível em: <<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Por uma política de formação do profissional de educação infantil*. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:-Rgh7ciLK9YJ:www.sema.edu.br/editor/fama/livros/educacao/FORMA%25C3%2587%25C3%2583O%2520INICIAL%2520E%2520CONTINUADA%2520DE%2520EDUCADORES/POR%2520UMA%2520POL%25C3%258DTICA%2520DE%2520FORMA%25C3%2587%25C3%2583O%2520DO%2520PROFISSIONAL%2520DA%2520EDUCA%25C3%2587%25C3%2583O%2520INFANTIL.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros Nacionais de qualidade para a Educação Infantil*. 1. Brasília, DF, 2006c.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara da Educação Básica. *Parecer CNE/CEB N° 7, de 26 de junho de 2011*. Trata a consulta formulada pela Secretaria Especial de Relações Institucionais de Jaú, SP, sobre a situação das recreadoras de creche. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&layout=edit&Itemid=30192. Acesso em: 08 nov. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parecer CNE/CEB N°: 21, de 8 de outubro de 2008*. Consulta sobre profissionais de Educação Infantil que atuam em redes municipais de ensino. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb021_08.pdf Acesso em: 10 nov. 2021.

BRZEZINSKI, Iria. Profissionalidade, profissionalismo e profissionalização no Plano nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor): política nacional contraditória. In: SOUZA, Ruth Catarina Cerqueira R. de; MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. (Orgs.) *Formação, Profissionalização e Trabalho docente: em defesa da qualidade social da educação*. 2ª ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2016, p.105-130.

BUSS-SIMÃO, Márcia; ROCHA, Eloisa Acires Candal; GONÇALVES, Fernanda. Percursos e tendências da produção científica sobre crianças de 0 a 3 anos na Anped. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.* v.96, n.242, jan.-abr. 2015, p. 96-111. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/335812912> Acesso em: 10 nov. 2021.

CERISARA, Ana Beatriz. *Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

CHAMARELLI, Luciana Gandarela. *O que fazer com o auxiliar de educação infantil? Um estudo sobre as políticas municipais no Estado do Rio de Janeiro*. 2013.114 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. Certificação Digital N° 1111606/CA.

FONSECA, Paula Fontana. O Laço Educador-Bebê se tece no enodamento entre cuidar, educar e brincar. *Educ. Real*. V.43, n.4, out.- dez. p. 1555-1568, out./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236756142018> Acesso em: 10 nov. 2021

GUIMARÃES, Daniela de Oliveira; Arenhart, Denise; SANTOS, Núbia de Oliveira. Docência na creche: atencionalidade pedagógica na rotina e no

planejamento. 39ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED (GT07 - Educação de crianças de 0 a 6 anos), 2019, Niterói, RJ. *Anais da 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019: Educação Pública e Pesquisa: ataques, lutas e resistências*. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_23_6. Acesso em: 30 out. 2021.

KRAMER, Sônia (Org.). *Profissionais de educação infantil: gestão e formação*. São Paulo: Ática, 2005.

KRAMER, Sônia et al. *Relatório de pesquisa: formação de profissionais da Educação infantil no Estado do Rio de Janeiro*. Apoio CNPQ/FAPERJ. PUC-Rio. Rio de Janeiro: Ravil, 2001.

MANHOLER, Estefânia. *Educação Infantil: sentido pessoal da atividade de ensino na educação de crianças de zero a três anos*. 2019. 128f. (Dissertação) Mestrado em Educação Social. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Pantanal, MS: 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8136064 Acesso em: 7 nov.2021.

MOROSINI, Marília Costa. FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. *Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções*. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.- dez. 2014. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8646/2/42.Estado%20o%20Conhecimento....pdf> Acesso em: 29 out.2021.

MOROSINI, Marília Costa; KOHLS-SANTOS, Priscila; BITTENCOURT, Zoraia. *Estado do conhecimento: teoria e prática*. Curitiba: CRV, 2021. (Livro digital). DOI: [10.24824/978655868991.1](https://doi.org/10.24824/978655868991.1).

NASCIMENTO, Ana Paula Santiago do. *Carreira docente nas creches das redes públicas das capitais brasileiras: análise dos planos e estatutos do magistério*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.48.2019.tde-10092019-153345. Acesso em: 12 nov. 2021.

OLIVEIRA, Tiago Grama de. *Docência e Educação Infantil: condições de Trabalho e Profissão Docente*. 2017. 173 f. (Dissertação) Mestrado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG: 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5140253. Acesso em: 30 out.2021.

PISSOLO, Marivanda Cadore. *Ser professora de educação infantil nos CMEIs e Pré-escolas da Rede Municipal de Ensino de Concórdia, SC: uma contribuição para o estudo das representações sociais sobre o trabalho docente*. 2015. 169f. (Dissertação) Mestrado em Educação. Universidade Federal da Fronteira Sul.

Chapecó, SC: 2015. Disponível em

:https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3470131 Acesso em: 30 out. 2021.

SCHMEING, Leila Bitencourt. *As especificidades da atuação docente para e com bebês e crianças de 0 a 3 anos: uma pesquisa com professoras em um Centro de Educação Infantil de São Paulo*. 2019. 149 f. (Trabalho Final) Mestrado Profissional em Educação: Formação de Formadores. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019. Disponível em:

<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/22585/2/Leila%20Bitencourt%20Schmeing.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2021.

SILVA, Daniela Almeida de Jesus; SOUZA, Katia Reis de.; SANTOS, Gideon Borges dos. Trabalho e saúde de professoras e monitoras de creche pública no município de Vitória da Conquista, BA, Brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, n.23, 2019, p. 1-15. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/Interface.180497> Acesso: 10 nov. 2021.

SILVA, Dilma Antunes. *De pajem a professora de educação infantil: um estudo sobre a constituição identitária da profissional de creche*. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em:

<<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/16171>>. Acesso em: 10 nov.2021.

SILVA, Dilma Antunes. “Minha trajetória foi essa...” Identidades e formação das professoras de creche. *Plures Humanidades*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 2 (2016), p. 208-224. Disponível em:

<http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/view/265/195> Acesso em: 10 nov.2021.

SILVA, Katia Cristina Fernandes E. *As concepções de Professoras e de Auxiliares sobre a atuação docente promotora de práticas educativas de boa qualidade com bebês*. 2019. 249f. (Tese) Doutorado em Educação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, CE: 2019. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8142261 Acesso em 28 out. 2021.

SOUZA, Ruth Catarina Cerqueira R. de; MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. A qualidade da produção acadêmica e os discursos políticos: convergências mercadológicas, epistemológicas ou dialéticas de resistências? In: SOUZA, Ruth Catarina Cerqueira R. de; MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. (Orgs.) *Formação, Profissionalização e Trabalho docente: em defesa da qualidade social da educação*. 2ª ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2016, p. 19-40.